

# Ministro Luiz Fux: "A morosidade vai custar caro"

BRASIL

Na terça-feira, o Senado receberá o anteprojeto do novo Código do Processo Civil. Presidente da comissão de juristas criada para formular a proposta, o ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), está convencido de que a redação final será aprovada sem alterações, dando início ao que classifica de "uma nova era" na Justiça brasileira. Fux assegura que ponto forte da proposta é a garantia de maior celeridade às ações, e avisa: "a morosidade vai custar caro".

## Qual é a principal mudança que o novo Código do Processo Civil poderá promover no país?

A redução do tempo do processo, já que diminui as formalidades e os recursos. Se o texto for aprovado sem alterações, e eu acredito que isso acontecerá, as partes só poderão recorrer das decisões ao fim do processo. Com isso, as ações poderão fluir normalmente, porque estamos desestimulando as aventuras judiciais. Outro ponto que merece destaque é a jurisprudência, ela terá uma força muito importante, ou seja: a partir do momento em que os tribunais superiores aplicarem uma solução reiterada a um caso, os demais processos de conteúdo idêntico terão julgamentos iguais. Não pode um país com direito nacional ter interpretações diferentes em cada tribunal.

## O senhor fala que as "aventuras judiciais" serão desestimuladas. De que maneira?

Primeiro, o novo Código de Processo Civil prestigia as decisões de primeira instância, elas vão ter uma força muito importante. O ideal é isso, para que a Justiça consiga garantir decisões rápidas e idênticas, para casos iguais. Além disso, estamos, de forma muito consciente, realmente inibindo os recursos. Quem usar a artimanha de recorrer só por recorrer vai sofrer pesadas perdas patrimoniais. Hoje, 90% das pessoas que perdem, recorrem. Quando verificarem que esse

risco jurídico custa caro, elas vão agir com mais condescendência.

## Multas serão aplicadas?

Sim, para acabar com a apresentação de recursos meramente protelatórios. A proposta também prevê o pagamento maior das custas do processo e o pagamento de advogados para cada instância em que a parte perdedora recorrer. Também serão eliminados os embargos infringentes e os agravos de instrumentos.

## Como inibir os recursos?

Existe um instrumento jurídico chamado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Como funciona? Um Tribunal de Justiça de um estado pode baixar uma tese aplicada a um caso que seja idêntico a muitos outros, após ser provocado por juízes de primeira instância. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), e o Superior Tribunal Federal (STF) também poderão baixar as resoluções repetitivas, que deverão ser seguidas em todo país. E assim, caberá ao juiz se ater ao mérito da questão, que deverá ser julgado em até seis meses.

## É possível estimar a economia de tempo que o novo Código de Processo Civil deve gerar?

Em ações individuais, creio que o tempo de julgamento caia à metade. É preciso ressaltar que a redação final do projeto também estimula e privilegia as conciliações logo no início dos processos, quando ainda não há vencedores e vencidos. Estamos convencidos de que, com a conciliação, todas as partes ganham.

## Este ano, tem Copa do Mundo e eleições. Esses eventos não vão atrasar a votação da proposta?

Continuação: Ministro Luiz Fux: "A morosidade vai custar caro"

Creio que não. Acredito, realmente, que até dezembro estará aprovada. O clamor popular é muito grande. Juristas de todos os estados participaram da elaboração do texto. O anteprojeto foi submetido a várias audiências públicas, ele foi levado para oito estados de forte relevância judicial. Colhemos 240 sugestões nesses debates. Recebemos ainda 200 sugestões de instituições científicas e mais de 13 mil e-mails. E, afirmo, com toda a certeza, que mais de 80% das demandas já estavam contempladas na proposta. Por isso, acredito que a redação final não será

modificada. É a primeira vez que se faz um código ouvindo a sociedade.

### **O que falta, agora?**

Na terça-feira, entregamos o anteprojeto ao presidente do Senado, José Sarney, que deverá submeter a proposta para a aprovação em plenário. Depois, segue para a Câmara dos Deputados.